

AVANÇAR PELA LEITURA E PELA CIDADANIA – UM PLANO PARA O BRASIL

José Castilho Marques Neto¹

Procurarei explanar aqui o que considero lições essenciais da caminhada e do que entendo ser o essencial do Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL. Essas lições situam-se no plano simbólico e também nas ações materiais que possibilitam o feliz e nem sempre casual encontro entre o leitor e o autor, sempre intermediados por esse objeto de desejo: o livro, em suas várias plataformas materiais.

“O livro é o meio principal e insubstituível da difusão da cultura e transmissão do conhecimento, do fomento à pesquisa social e científica, da conservação do patrimônio nacional, da transformação e aperfeiçoamento social e da melhoria da qualidade de vida”. (Item II do Art. 1º, Capítulo I, Lei 10.753 de 30/10/2003 – Lei do Livro)

Ao sancionar a Lei do Livro em 2003, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva criou o instrumento legal para deflagrar no nosso país a necessária revolução da cultura letrada, até aqui dominada pelo arcaísmo das discriminações sócio-econômicas históricas do Brasil, que resultou, nesse início do século XXI, numa sociedade ainda maculada por uma taxa de 13,6% de analfabetismo absoluto e 38% de analfabetismo funcional. Dados como esses são fatores objetivos para o rebaixamento do país na atual sociedade da informação e do conhecimento e claramente discriminatórios na promoção da igualdade social e no desenvolvimento econômico.

Em dezembro de 2004 o Governo Federal desonerou de impostos toda a cadeia produtiva do livro, abrindo espaços para o reaquecimento de parcela do setor editorial e livreiro; em 2005 promoveu, em parceria com os governos estaduais e municipais e a sociedade civil, o maior movimento sinérgico de promoção do livro e da leitura – o VIVALEITURA - ação integrada ao Ano Ibero-americano da Leitura que envolveu 21 países e que contou com milhares de iniciativas pela leitura no país; ainda em 2005 foi criada a CÂMARA SETORIAL DO LIVRO LITERATURA E

¹ Bacharel e Doutor em Filosofia pela USP, é professor na FCL/UNESP - Campus de Araraquara/SP. Diretor Presidente da Fundação Editora da UNESP e Secretário Executivo do PNLL.

LEITURA (CSLLL), enquanto instância do Conselho Nacional de Política Cultural, voltada para a permanente reflexão e negociação de todos os segmentos e instituições relacionadas ao livro e a leitura; em 2006, em inédito reencontro entre o Ministério da Cultura e o Ministério da Educação, reaproximando cultura e educação, foi lançado o PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL). Programas de acessibilidade ao livro, como o LIVRO ABERTO, criado para zerar o número de 1.300 municípios brasileiros que em 2002 não possuíam bibliotecas, foram implementados pela Fundação Biblioteca Nacional (FBN). Hoje restam 613 municípios ainda sem bibliotecas, e se pretende atingi-los até 2008. No âmbito da FBN também foi reativado o PROLER – Programa Nacional de Incentivo à Leitura – instituído em 1992. No MEC, iniciativas fundamentais para o desenvolvimento das ações do Estado na área da leitura se ampliaram significativamente em programas diversos: Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM) e o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor, atingindo milhões de alunos, professores e famílias brasileiras.

Elaborado a partir do movimento pela valorização da leitura, lançado em março de 2006 e institucionalizado em agosto de 2006, o PNLL estrutura-se em quatro eixos principais que orientam a organização do Plano: 1) Democratização do acesso; 2) Fomento à leitura e à formação de mediadores; 3) Valorização do livro e comunicação; 4) Desenvolvimento da Economia do Livro.

O Plano é produto do compromisso do governo atual de construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade e, em especial, com todos os setores interessados no tema. Sob a coordenação do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, participaram do debate que conduziu à elaboração deste documento representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, Prefeituras e interessados em geral.

Uma verdadeira concertação de iniciativas, a exemplo do que já vem sendo realizado pelo PNLL entre o Estado e as diversas instâncias da Sociedade, devem dar consistência às políticas públicas sobre o livro e a leitura, priorizando em minha opinião três pontos essenciais:

1) Fortalecer e atualizar aceleradamente o Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, proporcionando democraticamente a acessibilidade à cultura escrita na formação de uma rede de bibliotecas de acesso público. Somos um país com baixo poder aquisitivo na maioria da população e a biblioteca de acesso público, formada pela rede de bibliotecas públicas, escolares, comunitárias e de empresas, é a fonte privilegiada e acessível para a disseminação da informação e a elaboração do conhecimento ao conjunto dos cidadãos. **Com otimização de recursos e priorizando o acesso, é possível revolucionar a oferta de leitura à população.** Exemplos de ações:

- Consolidar, modernizar e aferir recursos necessários para as bibliotecas públicas, garantindo-lhes dotações permanentes para renovação e ampliação de acervos, de equipamentos e de serviços, assim como da promoção de atividades formadoras de bibliotecários e mediadores de leitura;
- Atualizadas e equipadas, dotar cada biblioteca pública com um projeto de ambições nacionais para torna-las centros de informação e cultura, mas pautado para atender os interesses de fomento e preservação das identidades comunitárias e regionais, assim como a diversidade e a riqueza da cultura escrita do local em que está inserida;
- Promover o intercâmbio e a interação de objetivos entre as bibliotecas públicas, as bibliotecas escolares, as bibliotecas comunitárias e as de empresas, criando uma rede nacional de bibliotecas com acesso público;
- Incorporar o uso de tecnologias da informação e comunicação, em especial na informatização e criação de bibliotecas virtuais e centros de leitura multimídia, somando-se essas ações às tradicionais, dentro da convivência necessária e saudável entre o tradicional e o inovador.

2) Investir na formação, reciclagem e suporte dos Recursos Humanos para a área de mediadores de leitura, tanto na Cultura quanto na Educação. Incrementar sinérgicamente a formação de pessoas que possam conquistar novos

leitores, revertendo drasticamente os baixos índices de leitura e melhorando a compreensão da capacidade leitora. Exemplos de ações:

- Fortalecer e consolidar as redes de formação de leitores já existentes, como o PROLER, dando-lhes condições e estrutura para aumentarem consideravelmente suas ações de formação de leitores e de incentivo à leitura;
- Implementar os programas de formação de mediadores de leitura existentes, inclusive por meios eletrônicos e de ensino à distância, e estender seu alcance a todos os profissionais que têm alguma atividade relacionada ao livro e a leitura – educadores, bibliotecários, professores, profissionais liberais, líderes comunitários, voluntários de programas culturais e sociais, etc.
- Incentivar e apoiar estudos e pesquisas acadêmicas, envolvendo universidades e institutos de pesquisa, que busquem o melhor conhecimento sobre o livro e a leitura no país e no mundo, tornando-a fonte de inspiração e bases conceituais para projetos e programas a serem implementados na área, além de se constituírem em forte elemento de avaliação e de crítica permanente às políticas em andamento na área;

3) Estimular estratégias de desenvolvimento da indústria nacional do livro em todos os seus suportes materiais e em todas as suas instâncias criativas, produtivas e distributivas, apoiando sua inserção no acelerado processo de mudança pela qual esse segmento da indústria cultural passa em todo o mundo globalizado. **Considerar o uso e a disseminação da língua portuguesa escrita como política de desenvolvimento econômico e de identidade cultural da nacionalidade, estimulando seu uso e circulação.**

- Estabelecer redes de estímulo à produção artística e intelectual de obras em português, valorizando o idioma e a diversidade de manifestações culturais de todos os setores e regiões do país, incentivando e apoiando escritores novos e consagrados a interagirem com os leitores e a engajarem-se na conquista de novos, inclusive com o uso das tecnologias;
- Buscar o equilíbrio entre os direitos de propriedade intelectual e o interesse comum no acesso à cultura e à educação por intermédio da leitura, mantendo um constante diálogo e aperfeiçoamento de mecanismo reguladores que interessem ao Estado e ao desenvolvimento econômico dos criadores e da indústria editorial e livreira;

- Incentivar as ações empresariais do setor que busquem a democratização de acesso à leitura, buscando o barateamento do livro por intermédio de políticas de preço justas e projetos especiais que atendam o baixo poder aquisitivo da população, considerando-se, inclusive, o empenho pela aprovação de instrumentos legais e reguladores propostos pelo setor produtivo e criativo que atendam aqueles objetivos.

Relegada historicamente à prática de poucos, discriminada como atividade complementar e dispensável conforme a estratificação social, a política do livro e da leitura teve um tratamento irregular e oscilante do ponto de vista institucional na nossa história pátria. Estamos hoje vivenciando um novo momento que ainda está nascendo e precisa ter a vigilância do cidadão para que não feneça no nascedouro.

Ao tomar a decisão política de transformar o livro e a leitura em Política de Estado inclusiva e cidadã, identificada com o desenvolvimento econômico e social do país, este governo não deve prescindir de trabalhar sobre marcos legais e institucionais modernos, assim como procurar formas criativas e permanentes de dar sustentabilidade econômica àquela política, de maneira que ela se torne efetiva. Reunir e otimizar recursos financeiros provindos do Orçamento da União, dos diversos programas e ministérios, de fundos públicos e privados, de instituições nacionais e internacionais, todos voltados para o desenvolvimento da capacidade leitora, é tarefa imprescindível.

Igualmente é fundamental uma profunda revisão de missões e de competências dos órgãos governamentais que hoje se responsabilizam pela condução de políticas para o livro e a leitura, principalmente nesse período em que os Ministérios da Cultura e o da Educação voltaram a atuar juntos por intermédio do PLANO NACIONAL DO LIVRO E LEITURA (PNLL), cuja primeira institucionalização como Política de Estado é a Portaria Interministerial MinC/Mec 1442, de 10/082006. Refletir sobre o PNLL e a ação sinérgica que ele representa ao unir Estado e Sociedade em prol da leitura, será um caminho a seguir para a construção de um novo modelo de gerenciamento dos destinos desta área da cultura.

Otimizar os recursos, buscar novas formas de financiamento público e privado, reorganizar os órgãos públicos existentes ou criar nova instância para gerenciar a política para o livro e a leitura, serão medidas urgentes e fundamentais para implementar eficientemente o PNLL e implantar a perenidade cidadã de uma Política de Estado para a leitura e o livro.

A ambição dos pontos aqui apresentados requer uma ação inovadora do Estado também do ponto de vista administrativo e financeiro, que possa dar conta tanto da dramaticidade do quadro a ser enfrentado quanto da contemporaneidade das velozes mudanças que hoje enfrenta o mundo do livro e da leitura.

Se o Brasil conseguir dar esses passos, estaremos, finalmente, quebrando grilhões centenários, filhos primogênitos da colônia e do escravismo. Nesse Brasil que vislumbramos, a leitura como direito se tornará uma realidade a serviço da promoção humana dos brasileiros, incorporando milhões à cidadania que historicamente lhes foi negada.